COVID-19 E TRABALHO: a incidência nos segmentos de Raça e Classe no Brasil

José Auricio Lopes Araújo[1]

Adriana Alves da Silva[2]

João Hélder Alves da Silva[3]

RESUMO

A súbita submissão de toda a sociedade diante de uma nova doença que se apresenta com toda a sua violência e devastação da vida humana coloca a necessidade da discussão de como as classes mais depauperadas, sobretudo aquelas que vivem na periferia dos grandes centros urbanos são atingidos pelo inimigo invisível que chamamos de Covid-19. Para além disso, também se faz como ordem do dia mostrar como velhas estruturas de opressão que estavam escondidas pela civilidade falsamente criada pelo sistema capitalista fica agora despida e a mostra, evidenciando que o recorte de raça e classe não pode mais ser ignorado.

Palavras-chave: Trabalho. Raça/Classe. Pandemia da Covid-19

ABSTRACT

The sudden submission of the entire previous society to a new disease that presents itself with all its violence and devastation of human life puts the need for discussion as the most impoverished classes, especially those who live on the periphery of large urban centers are hit by the enemy invisible we call Covid-19. In addition, it is also the order of the day to show how old structures of oppression that were hidden by the civility falsely created by the capitalist system are now stripped and shown, showing that the cut of race and class can no longer be ignored.

Keywords: Work. Race/Class. Covid-19 Pandemic

1 INTRODUÇÃO

A sociedade capitalista moderna, consolidada e madura foi pega de “calças curtas” quando de repente se viu tomada por uma pandemia global causada por uma

[1] Graduando em Bacharelado em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – Campus Iguatu; Pós-Graduando em Serviço Social e Educação pelo Centro Universitário FAVENI; Pós-Graduando em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário FAVENI; auricioaraujo8@gmail.com.
[2] Doutora em Educação pela UFC, Docente EBTT do IFCE, Campus Iguatu. E-mail: adriana.as.ce@gmail.com.
[3] Professor EBTT do IFCE – Campus Umirim, joao.helder@ifce.edu.br.

variante nova do vírus *SARS*, que independente de determinada parte do globo terrestre ser mais ou menos desenvolvida, foi atingida pela doença em maior ou menor grau de gravidade. O vírus, inimigo invisível ceifou vidas por onde passou, deixando rastros de destruição, demonstrando quão danoso para a vida humana ele é.

O que vale salientar é que diante desse cenário agora pandêmico que o mundo enfrenta, a forma de combate escolhida por cada país foi bem diferente, enquanto alguns – principalmente os que tinham mais estrutura em saúde e dinheiro – conseguiram minimizar os efeitos da doença, países mais pobres ao contrário, maximizaram seus efeitos pela negação da pandemia e ausência de uma política de prevenção contendo higienização das mãos, uso de máscara e ausência de aglomeração. No Brasil, foi também observado a ridicularização dos seus efeitos danosos ao compará-la a uma “gripezinha” como assim fez o excelentíssimo presidente dessas terras tupiniquins.

Com efeito, ao não se preparar para a chegada da doença e a sua consequente devastação, a face mais perversa da sociedade brasileira foi exposta. Despida de todos os mitos criados, a questão social se agudizou de maneira gritante e as suas expressões tomaram magnitude poucas vezes vista – ou se vistas eram escondidas, fato que agora não se faz mais possível.

A doença tem afetado de maneira diferente a fração mais depauperada que compõe a sociedade brasileira, classe de pessoas sujeita as mais diversas expressões da questão social diariamente, que tem raça/cor especifica e uma localização demográfica que se situa na periferia dos grandes centros urbanos.

A vista disso, se faz necessário voltamos o nosso olhar para essa fração da população que tem raça/cor e classe definida e, investigar como ela tem enfrentado e lidado com os danos causados pela pandemia da COVID-19, como se apresentam e se materializam as expressões da questão social nesse momento e como a pandemia afeta diretamente e indiretamente as condições de vida, existência e trabalho dessa população.

Neste prisma, a população da qual é fruto da nossa analise nesse trabalho, é a classe pobre, que é invisibilizada e subalternizada desde a nossa fundação enquanto país, não sendo diferente nesse momento em que mais carece de ajuda para ter garantidos os seus direitos e assegurados os mínimos sociais dos quais necessita para viver de forma minimamente digna.

Para alcance deste objetivo nos utilizaremos de uma pesquisa bibliográfica que para Marconi e Lakatos (2002, p.71) *apud* Manzo (1971:32) "oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente". Também recorreremos a teoria social critica de Marx para que possamos em alguma medida questionar e problematizar os contornos dessa sociedade capitalista consolidada e madura na qual estamos submetidos e, assim tentar compreender os nossos problemas e engendrar resistências e soluções ou, do contrário, estaremos sempre destinados a repetir a mesma história. Essa é a hora de ser maior que as muralhas.

2 A CHEGADA DA PANDEMIA E SEUS IMPACTOS NA CASSE TRABALHADORA A PARTIR DE UM RECORTE RAÇA/COR

A pandemia do Covid-19, doença causada pelo vírus *SARS- Cov 2,* mudou bruscamente as nossas relações sociais e, se tomarmos essa afirmação como pressuposto, essa transformação é ainda mais forte quando se trata dos estratos mais depauperados da classe trabalhadora brasileira, tendo em vista que a forma como a pandemia nos afetou está diretamente ligada com um recorte de raça e classe, que necessariamente tem que ser levado em consideração se quisermos fazer uma análise do cenário que a nós se apresenta.

Em verdade se voltarmos nosso olhar para o período que antecede a chegada da doença no Brasil é possível perceber que no primeiro trimestre de 2020, último trimestre antes da pandemia se alastrar pelo país, a taxa de desemprego era de 11,2% (BRASIL, 2020) totalizando dessa maneira um montante de 12,3 milhões de pessoas sem emprego. Somado a isso a taxa de informalidade não parava de subir, chegando

à marca de 40,6% em fevereiro de 2020, segundo o levantamento da Uol Economia (2020).

Válido referir que um grande contingente de pessoas já vinha sofrendo com a guinada neoliberal que retirava seus direitos diariamente, por reforma como a da previdência de 2019 e a reforma trabalhista de 2017, além é claro da Proposta de Emenda Constitucional 55/2016 a qual chamamos de PEC da morte por congelar os gastos por vinte anos. Nesse sentido ratificamos a afirmação de Netto (2012, p.210) quando afirma que “a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da insegurança no trabalho” (NETTO, 2012, p. 210).

Somado ao desemprego e informalidade outro problema que vinha desde muito tempo sendo empurrado para debaixo do tapete, se refere a divisão sociossexual e econômica do trabalho, tendo em vista que trabalhos tidos socialmente como de maior importância são destinados a homens brancos, e aqueles de menos valia à população negra, contudo:

> Quando realizamos o recorte de gênero e raça para analisarmos o mercado de trabalho e os efeitos da divisão sociossexual e racial do trabalho, identificamos uma grande desigualdade no que diz respeito a relação entre homens e mulheres e mulheres brancas e mulheres negras. Cabe assinalar que essas desigualdades resultam do racismo e do patriarcado, uma vez que ambos são ideologias de dominação que compõem a formação social brasileira (MOURA, 1994; SAFFIOTI, 1976). Nesse sentido, destacamos que as relações sociais no Brasil foram constituídas e assentadas na exploração e desigualdade de classe e nas opressões de gênero e raça/etnia (PASSOS e NOGUEIRA, 2018, P. 489).

O mundo do trabalho tem mudado de maneira substancial nos últimos anos, o que confere ao estágio atual do capitalismo características especificas como, por exemplo, o aumento exacerbado da desregulamentação dos direitos trabalhistas, novas formas de contratação e o consequente empobrecimento da grande massa trabalhadora que apesar de cada vez trabalhar mais, não vê a diferença entre as classes sociais fundamentais da sociedade do capital – leia-se aqui burguesia e

proletariado – diminuir, ao contrário, a concentração de riqueza na mão de poucos se elevou sobremaneira nos últimos anos.

É nesse contexto que a doença chega e se alastra pelo Brasil, promovendo uma campanha de isolamento social, uso de álcool em gel e máscaras como formas de prevenção. O irônico da campanha é a desconsideração de estarmos no país em que apenas 47% da rede de esgoto recebe tratamento, segundo levantamento do Sistema Nacional de Informação Sobre Saneamento (BRASIL, 2017) e mais de 33 milhões de pessoas sequer tem acesso a água potável como aponta os dados do Painel Saneamento Brasil (2020) exigindo determinadas medidas quando a população não tem sequer os mínimos sociais, é, pois, como querer ser servido pelo garçom na santa ceia, ou seja, não vai acontecer.

Alia-se a isso o fato de que boa parte da população que ainda possuía emprego antes da pandemia não podia parar de trabalhar quando a doença se alastrou, tendo em vista que o misero salário recebido por essas pessoas era indispensável no suprimento de suas necessidades mais elementares.

Fazendo um recorte de classe, perceberemos que no Brasil de hoje que conserva a tradição ideológica escravocrata e racista, a população negra recebe de maneira mais forte os impactos causados pela pandemia. Levantamento do Data Favela em parceria com o Instituto Locomotiva (2020) apontam que 71% dos negros enfrentam essa pandemia sem nenhuma reserva financeira. O referido estudo ainda aponta para algo óbvio, o fato de que a pandemia afeta de maneira diferente famílias pretas e pardas que tiveram redução de 73% de sua renda em detrimento de famílias brancas que tiveram a sua renda reduzida em 60%.

Temos ainda um agravamento do desemprego no geral, como aponta o IBGE (2020) no terceiro trimestre de 2020 e com a doença já espalhada por todo o país, nós temos 14,1 milhões de pessoas desempregadas o que representa uma taxa de 13,1% de desocupados, além de 5,9 milhões de desalentados e uma taxa de trabalhadores subutilizados que chega aos 30,3% (BRASIL, 2020). É possível ainda verificar onde aumentou o desemprego, como aponta a Pesquisa Nacional por Amostragem de

Domicílios – PNAD (2020) elucidando que a retração na indústria chegou a -10,1%, no comércio -11,1%, no ramo de construção civil -16,4%, em transporte, armazenagem e correio chega a -8,4% e alojamento e alimentação a -22,1% (BRASIL, 2020).

É necessário, diante desse panorama que se apresenta no contexto pandêmico fazer um recorte interseccional, pois entendemos que a raça e a classe social são determinantes para entendermos quem compõe esse estrato mais depauperado da classe trabalhadora, bem como elucidar o porquê dessa população ser mais afetada por esse problema. Sendo assim:

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002: 177).

Esse recorte que trazemos aqui serve para elucidar que a população negra e periférica sofre de maneira mais forte as refrações de uma questão social que se agudiza ainda mais dentro desse contexto pandêmico. Tem-se ainda um discurso oficial por parte dos chefes de Estado que tende a negar a doença e os reflexos que ela tem causado nessa fração da população, essa saudação a ignorância por parte desses senhores, que a fazem no auge de sua arrogância só comprovam o seu completo desconhecimento da realidade brasileira, bem como o abandono daqueles que mais precisam de cuidados nesse momento. Sendo assim a Questão Social refere-se que:

> A complexidade de problemática social é de tal ordem que suscita enfoques diferentes e contraditórios. A despeito das múltiplas e até mesmo contraditórias interpretações e denominações, é inegável que muitos são os que procuram equacioná-la. Uns dizem desemprego, subemprego, marginalidade, periferia, pobreza, miséria, menor abandonado, mortalidade infantil, desamparo, ignorância, analfabetismo, agitação, baderna, violência, caos, subversão. Também há os que falam em harmonizar trabalho e capital, conciliação de empregados e empregadores, paz social, pacto social. E os que dizem

> movimento social, pauperismo, greve, protesto, toma de terras, ocupação de habitação, saque, expropriação, revolta, revolução. Essas são algumas das expressões mais correntes no pensamento e prática de uns e outros: cientistas sociais, jornalistas, políticos, membros da tecnocracia pública e privada, civil e militar e outros. Apanham aspectos básicos das desigualdades sociais que atravessam a sociedade brasileira. Mas sempre repõem a questão social, como uma dimensão importante dos movimentos da sociedade nacional (IANNI, 1989, p.193).

Não existe maneira de fazer as pessoas ficarem dentro de suas casas quando não se tem acesso a uma renda mínima, quando não se tem nenhuma garantia de que vai ter comida na mesa, isso é o que aponta a pesquisa realizada pelo Data Favela e o Instituto Locomotiva (2020) que revela que o principal motivo pelo qual as pessoas não cumprem todas as medidas de segurança recomendadas no combate ao corona vírus é a necessidade de trabalhar, o que representa um total de 72% dos entrevistados, corroborando com o dado de que 88% dessas pessoas que necessitam trabalhar tem medo de perder seu emprego (2020).

Nas favelas brasileiras, onde a taxa de concentração de uma população depauperada é absurdamente maior e as expressões da questão social cada vez mais evidentes, o referido estudo aponta que o emprego formal entre os moradores economicamente ativos na favela representa a metade do “asfalto” (LOCOMOTIVA, 2020) e o desemprego é o dobro. Destarte teremos o seguinte cenário: enquanto a população brasileira não moradora de periferia representa 31% dos que possuem emprego formal, os moradores da favela são 17% (LOCOMOTIVA, 2020), no que se refere ao trabalho autônomo, os primeiros representam 19%, já os periféricos 25% (LOCOMOTIVA, 2020), em relação ao desemprego, a estatística mostra o montante de 9% para os mais abastados e 20% para a população mais empobrecida (LOCOMOTIVA, 2020).

Outro fato que não pode ficar de fora da nossa analise quando falamos do agudizamento da questão social no período de pandemia do Covid-19 é o fato de que 80% dessa fração mais empobrecida da classe trabalhadora que reside nas periferias afirmam que estão vivendo com metade da renda que possuíam antes (LOCOMOTIVA, 2020). Cabe também destacar, o descaso do governo brasileiro com

essa classe quando sugere criar um auxilio emergencial no valor de 200 reais, como era a proposta inicial, fato que só muda quando o congresso brasileiro, num dos poucos momentos de lucidez, aumenta esse valor para 600 reais. É possível ainda encontrar dados que comprovam que 7 em cada 10 famílias que moram nas favelas solicitaram ao governo federal o supradito auxilio, no entanto 41% destas, até a data de publicação do levantamento utilizado até aqui como base não haviam recebido nenhuma parcela (LOCOMOTIVA, 2020).

O auxilio criado tem para essas famílias uma função social que não pode ser mensurada, ele está para além da mera distribuição de renda mínima, ele representa a capacidade, ainda que muito elementar de suprir os mínimos sociais que essas famílias tanto carecem. A vista disso, percebemos que o dinheiro repassado diretamente a essa população foi gasto com compra de alimentos, produtos de higiene, produtos de limpeza, pagamentos de contas básicas e remédios (LOCOMOTIVA, 2020). Nesse sentido, a função social dessa transferência de renda foi de suma importância para o abrandamento das expressões da questão social que se apresentavam de maneira mais aguda, ainda que temporariamente.

Cabe ainda ressaltar que, como o discurso oficial contradizia todas as recomendações das organizações de saúde, o isolamento social não se deu de maneira eficaz. No entanto, também não podemos esquecer que estamos falando da realidade brasileira, e como já ficou claro, não é todo mundo que tem as condições materiais – leia-se dinheiro – para ficar em casa esperando a doença acabar. Enquanto a nata da pseudo burguesia brasileira se enclausurava em casa, as pessoas que precisavam trabalhar saiam, colocando assim a sua vida em risco, bem como das pessoas com quem convivia. Um exemplo prático disso pode ser visualizado se voltarmos o nosso olhar para os entregadores, uma categoria que já está à margem do emprego formal e que aumentou a quantidade de trabalho nesse novo contexto como aponta a seguinte estatística:

> O tempo de trabalho dos entregadores continuou elevado durante a pandemia da COVID-19. A indicação de 56,7% trabalhar mais de nove horas diárias, combinado ao fato de 78,1% desempenhar atividades de entrega em

> seis dias ou mais por semana, aponta para uma elevada carga horária. Os longos tempos de trabalho, entretanto, tiveram repercussão inversa na remuneração, indicada pela redução de trabalhadores nas faixas remuneratórias mais altas (ABÍLIO *et al*., 2020, p. 15).

O cenário pandêmico no Brasil ao invés de abrandar a exploração entre empregadores e empregados, ao contrário, abriu uma brecha para que esse processo se agudizasse, principalmente se levarmos em consideração as novas formas de contratação de trabalhadores que foram legalizadas com a contrarreforma trabalhista de 2017.

O cenário aqui apresentado aponta para o outro recorte que sugerimos logo no início do texto, para além de afetar de maneira diferente as classes sociais, elucidado até este ponto, podemos de maneira segura afirmar que a pandemia do Covid-19 tem um outro segmento ainda mais afetado dentro desse recorte de classe, estamos falando da raça. A população negra, que historicamente esteve mais susceptível as várias expressões da questão social, passam agora por um momento ainda mais grave no que diz respeito as suas condições de trabalho e existência, tendo em vista que os danos causados pela pandemia os atingem de maneira mais gravemente.

Cabe ressaltar que é a população negra que sempre ocupou e ainda ocupa os trabalhos mais insalubres e de menor remuneração na sociedade brasileira, que apesar de esconder a sua real face, se apresenta verdadeiramente racista e sem nenhuma perspectiva de reversão desse problema, apesar dos inúmeros avanços alcançados nos últimos anos através de movimentos sociais que abraçaram essa causa. É uma conta que não fecha, as pessoas reconhecem que existe racismo, mas não se assumem enquanto racistas que são.

Sendo assim, é impossível não dizer que o racismo estrutural presente na sociedade brasileira tem que ser levado em consideração quando se quer fazer uma análise dos efeitos causados pela pandemia. Segundo dados da PNAD (2019) existe uma diferença visível nos ganhos salariais de pessoas brancas em relação as pretas e pardas, dessa maneira, os primeiros recebiam 73,9% mais que os pretos e pardos.

Cabe destacar, já no contexto pandêmico, que alguns estudos apontam para o fato de que o quesito raça/cor por muito tempo esteve ausente dos debates oficiais quando se trata de trazer um retrato fidedigno de como epidemias/pandemias afetam a população brasileira. Nesse sentido, o que aconteceu no caso da pandemia do Covid-19 no Brasil foi uma inclusão tardia desse recorte de raça/cor, destrate:

> Apesar dessa inclusão, a frequência de incompletude do quesito raça/cor nas diferentes fichas de notificação da Covid-19 permanece quase o dobro daqueles registrados. Isso mostra a magnitude da invisibilidade dessa temática, a dificuldade de mensurar o alcance da pandemia no Brasil na perspectiva da equidade, ao mesmo tempo em que se ratifica a baixa adesão e interesse na utilização dessas informações (SANTOS, 2020, p.228).

Fato que pode comprovar as nossas informações são os dados de alguns estados brasileiros que passaram a incluir o recorte de raça/cor nos seus boletins epidemiológicos de notificação, o que aponta para algo que já era esperado, a população negra é sim mais afetada pela pandemia, como aponta os dados dos estados como “Alagoas e Pernambuco indicaram, respectivamente, que 66,5% e 77,7% dos casos compreenderam a pessoas negras” (SANTOS, 2020, p.4216). No que se refere ao número de óbitos, também é possível afirmar que a população negra é que mais foi afetada pois “a distribuição entre negros compreendeu 68% dos casos em Alagoas, 66% no Paraná, 37% no Rio Grande do Norte e 5% no Rio Grande do Sul, sendo o último estado o único que obteve predominância de óbitos na população branca” (SANTOS, 200, p.4216-4217).

Não estamos querendo brincar de adivinhação, mas esses casos não são por acaso, é sim possível saber por que a população negra é nitidamente mais afetada pela doença em todas as esferas de sua vida. É a população negra que vive nas periferias, que não tem acesso a uma saúde gratuita e de qualidade como preconizado na CF de 1988, que precisa sair de casa todo dia para trabalhar muitas vezes em condições insalubres, que lotam os vagões de trens e metrôs, que pegam ônibus lotados, ou que ainda contraem a doença de seus empregadores. Todos esses são fatores que não podem ser empurrados para debaixo do tapete nesse momento.

Esses fatores nos levam a crer que a incidência de casos sobre esse estrato social pode ser ainda maior do que o que conhecemos até o presente momento, pois, o que temos é o dado de que quando o Brasil adota o recorte de raça/cor em seus boletins epidemiológicos, que só acontece na semana 21 da pandemia no Brasil quando o número de confirmados era de 117.598 “evidenciou-se que o número de casos confirmados com estratificação da raça/cor ignorada totalizava 51,3% (60.382)” (SANTOS, 2020, p.229).

Dentro dessa tessitura evidencia-se algo que está na base da formação social brasileira, o racismo estrutural, ou seja, “[...] o conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais, sociais e interpessoais que estruturam a nossa sociedade e colocam, de forma sistemática, um determinado grupo racial e/ou étnico em prejuízo, em inferiorização aos demais” (RAIMONDI, 2020, p. 2).

Apesar de todos os esforços da comunidade cientifica para atenuar os efeitos causados pela pandemia na população em geral, não se pode dizer o mesmo dos boçais que governam a nossa republica tupiniquim. A sua política nitidamente neoliberal era de desmonte do maior programa de saúde pública do mundo, o SUS. Responsável por atender a “67% das necessidades de saúde da população negra; nesse momento o SUS poderia ser fortalecido pelo governo brasileiro para dar melhores respostas à preservação de vidas humanas, especialmente aquelas com menos recursos para o enfrentamento da pandemia” (SANTOS, 2020, p. 229-230).

A nossa face de exclusão das pessoas negras foi exposta e agora não há como voltar atras, para além das frases de efeito usadas pelos movimento sociais que bradam “não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”, precisamos de fato assumir essa condição, pois diante de todo o exposto, o que pode ser tirado como lição é que não temos feito o nosso dever de casa no sentido de buscar uma igualdade de direitos para essa população, quando não, temos ainda contribuído – de forma consciente ou inconsciente – para a perpetuação desse paradigma que assombra a sociedade brasileira.

3 UMA BREVE NOTA A GUISA DE CONCLUSÃO

O atual momento do capitalismo cria a falsa ideia de que os nossos problemas estruturais foram superados e que vivemos uma modernidade liquida e mais fluida, quando na verdade, esse atual estágio do capital produziu uma espécie de panóptico que nos vigia e determina como devemos agir, o que devemos defender, como devemos nos comportar e o que reivindicar. Ele cria arquétipos que devem ser seguidos e tidos como ideais, seja no comportamento das pessoas, seja nas relações de trabalho ou na economia. A guinada neoliberal do final dos anos de 1990 no Brasil, que se mostrou eficaz a quem defende essa ideia, agora mostra toda a sua ineficiência por colocar em xeque a vida das pessoas no meio de uma pandemia em detrimento de um suposto equilíbrio econômico.

Não foi a pandemia que fez as condições de trabalho dessa classe mais depauperada ser tão repugnante, isso é culpa do próprio sistema e da sua politica neoliberal adotada por quem nos preside, é claro, a pandemia teve um papel fundamental de aprofundar esse problema, mas também nos mostrou que essa luta é urgente e requer o esforço de todos. Se temos dados que comprovam que entre os anos de 1960 e 2010 o mundo foi capaz de aumentar a sua riqueza em cerca de 800% (MOREIRA, p. 2, 2020) teoricamente éramos para termos sido capazes de resolver problemas como a desigualdade social, no entanto ela só aumentou nesse período.

A despeito de tudo isso, o Brasil ainda enfrenta a pandemia sob a égide de uma política neoliberal e de enfraquecimento das instituições que faz com que a população que mais precisa ter os seus direitos atendidos e os mínimos sociais garantidos, com o recorte de classe e raça/cor aqui tratados acabe sendo mais uma vez negligenciado. O Brasil, na epidemia, nega a ciência de forma boçal e escatológica, não segue as recomendações das organizações de saúde e negligencia a saúde pública ao invés de fortalecê-la. Todos nós temos pago um preço bastante alto por esse descaso, no entanto, a fração mais pobre da nossa população, aquela mesma que vive nas periferias, lota os trens e metrôs, tem empregos insalubres e os mais baixos salários

são os que mais sentem esse descaso, são eles os mais afetados pois vivem uma vida inteira de negação de direitos. Esse é o momento de todos aqueles que dizem defender essa população fazer uma autocrítica, pensar se as suas maneiras de articulação da classe trabalhadoras estão de fato sendo eficazes ou só reproduzindo jargões ultrapassados. É tempo de lutar por uma saúde pública de qualidade, defender o nosso sistema de saúde, lutar por condições de vida e de trabalho mais dignas, fortalecer a ciência, sair da utopia e saltar ao campo prático.

Infelizmente a pandemia ainda não dá sinais de seu fim e os seus rastros de destruição continuam a ceifar vidas negras e pobres, no entanto para além de esperar ela passar, precisamos pensar no que essas pessoas precisam pra viver com dignidade hoje. Assim como um samba enredo não muito antigo cantava, hoje rogamos “meu deus, meu deus, se eu chorar não leve a mal, pela luz do candeeiro, liberte o cativeiro social”.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek *et al*. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, edição especial –dossiê covid-19, p. 1-21, 2020.

BRASIL, Uol Economia. **Taxa de informalidade fica em 40,6% da população ocupada no tri até fevereiro**. Uol economia, 31/03/2020 por Vinicius Neder Rio. Disponível em: https://bityli.com/Kei8F. acessado em: 11/07/2021

BRASIL. **Painel Saneamento Brasil**. 2020. Disponível em: https://www.painelsaneamento.org.br/. Acessado em: 06/07/2021

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento Para O Encontro De Especialistas Em Aspectos Da Discriminação Racial Relativos Ao Gênero**. Kimberlé Crenshaw. Florianopólis, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002. Disponível em:http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018

IANNI, Octávio. **A Questão Social**. Octávio Ianni. Ci. & Tróp., Recife, v. 17 ,'. 2, p. 789-202, fui. Ide;., 1989, COU 304(81)

IBGE. **PNAD Contínua Trimestral: desocupação recua em cinco das 27 UFs no 4° trimestre de 2020**. Disponível em: https://bityli.com/TKXhM. Acessado em: 06/07/2021

LOCOMOTIVA, Instituto**. Pandemia na Favela**. Data Favela, Instituto Locomotiva, Cufa. 2020. Disponível em: https://0ca2d2b9-e33b-402b-b217-591d514593c7.filesusr.com/ugd/eaab21_9837d312494442ceae8c11a751e2a06a.pdf . Acessado em: 06/07/2021

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados** / Marina de Andrade Marcone, Eva Maria Lakatos. 5° edição; São Paulo: Atlas – 200

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2012, n. 111 [Acessado 6 Julho 2021] , pp. 413-429. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000300002>. Epub 24 Ago 2012. ISSN 2317-6318. https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000300002.

PASSOS, Rachel Gouveia. **O fenômeno da terceirização e a divisão sociossexual e racial do trabalho**. Rachel Gouveia Passos e Cláudia Mazzei Nogueira. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 484-503, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259

RAIMONDI, Gustavo Antonio et al**. Posicionamento do Grupo de Trabalho Populações (In)Visibilizadas e Diversidades a Respeito das Violências contra a População Negra e do Racismo Estrutural**. Revista Brasileira de Educação Médica [online]. 2020, v. 44, n. 03 [Acessado 6 Julho 2021] , e093. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.3-EDITORIAL>. Epub 17 Jul 2020. ISSN 1981-5271. https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.3-EDITORIAL

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos et al. **Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2020, v. 25, suppl 2 [Acessado 6 Julho 2021], pp. 4211-4224. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.25482020>. Epub 30 Set 2020. ISSN 1678-4561. https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.25482020

SANTOS, Márcia Pereira Alves Dos et al. **População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde**. Estudos Avançados [online]. 2020, v. 34, n. 99 [Acessado 6 Julho 2021] , pp. 225-244. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>. Epub 10 Jul 2020. ISSN 1806-9592. https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014

TUIUTI. G.R.E.S. **Paraíso. Samba Enredo 2018**. C.R.E.S Paraíso do Tuiuti. Disponível em: https://www.vagalume.com.br/g-r-e-s-paraiso-do-tuiuti/samba-enredo-2018.html. Acessado em: 06/07/2021